

# Especial

Com 2 mil marcas no mercado, Brasil é campeão mundial em número de xampus **Página B4**

América Móvil prepara reestruturação da Claro e faz aportes de R\$ 8,8 bilhões **Página B3**

**Infra-estrutura** Oferta menor deve elevar custo futuro da energia

## Leilão de novas usinas pode ter só sete projetos

Daniel Rittner De Brasília

Aumentaram, nas últimas semanas, os riscos de fracasso do leilão de energia nova que o governo programa para meados de dezembro, considerado o maior teste para o modelo do setor elétrico implementado no ano passado. Na avaliação pessimista, a demora em obter licenças ambientais para a licitação de 17 usinas hidrelétricas eleva as chances de o país voltar às escuras em 2009 ou 2010. Na visão mais otimista, não faltará energia, mas a oferta reduzida no leilão cobrirá por pouco a demanda e pressionará para cima os preços negociados no pregão.

Em caráter reservado, integrantes do governo reconhecem o aumento das preocupações e correm contra o relógio: precisam conseguir até a primeira ou segunda semana de outubro as licenças ambientais desses 17 empreendimentos. Se até lá elas não forem obtidas, o edital será lançado sem a presença dessas usinas no leilão, previsto para 15 de dezembro. O quadro é inquietante.

Das 17 hidrelétricas planejadas, que totalizam 2.778 megawatts (MW), só uma obteve licença ambiental prévia até agora: a usina Baguari, no rio Doce (MG), com potência de 140 MW. Essa licença foi dada há quase um ano e desde então pouco se evoluiu. O Ministério de Minas e Energia passou os oito primeiros meses de 2005 garantindo que um novo lote de autorizações ambientais sairia até setembro, o que viabilizaria o sucesso do leilão de energia nova.

A realidade, entretanto, é bem diferente. Na semana passada, o Valor falou com técnicos do Ibama e dos órgãos estaduais de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento de cada usina. A partir

dessa consulta, classificou as 17 hidrelétricas em cinco categorias: aquelas com a entrada no leilão já liberada — caso apenas de Baguari —, aquelas com participação provável, indefinida, improvável e totalmente descartada.

Em resumo: as usinas com liberação provável somam 730 MW, abaixo das expectativas mais conservadoras feitas pelo governo. Em fevereiro, o então secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, previa a licitação de empreendimentos que totalizariam entre 2 mil e 2,2 mil MW.

De acordo com o levantamento feito pelo Valor, o governo poderá ficar contente se leiloar metade disso. Pelo menos quatro hidrelétricas já foram descartadas: Baixo Iguaçu (no Paraná, com geração de 350 MW), Mirador (Goiás, 80 MW), Paulistas (entre Goiás e Minas, 52,5 MW) e Telêmaco Borba (Paraná, 120 MW). Juntos, esses empreendimentos totalizam pouco mais de 600 megawatts.

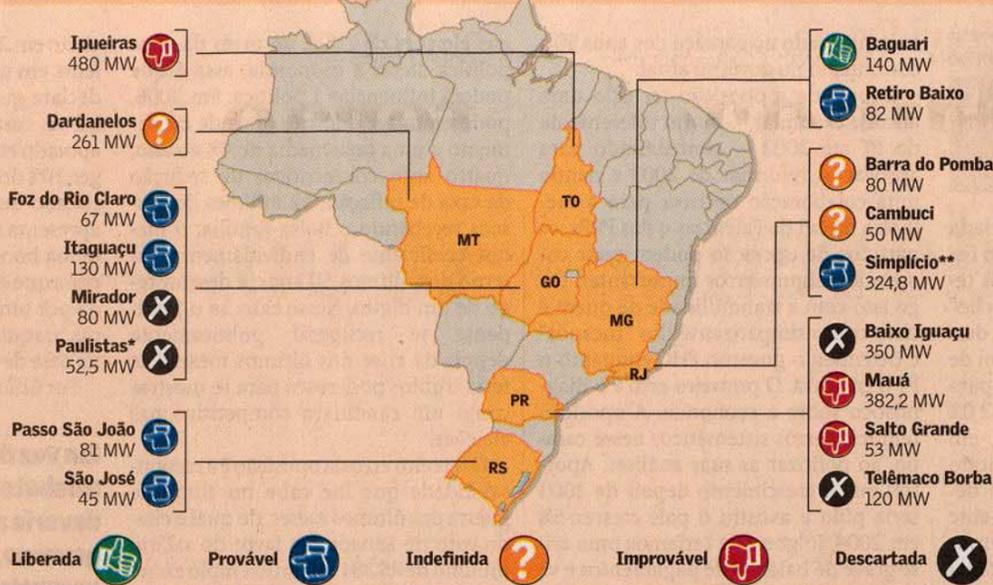
Outras três usinas dificilmente serão incluídas no leilão, por falta de tempo para a análise do estudo ou por inviabilidade ambiental do projeto. Encaixam-se nessa categoria três hidrelétricas, mas elas somam 915,5 megawatts. Elas foram classificadas dessa forma pelos próprios técnicos responsáveis pelo licenciamento ambiental.

Outra usina, a de Dardanelos (Mato Grosso, 261 MW), está em situação indefinida: a Secretaria Estadual de Meio Ambiente vê condições de licenciá-la, mas há fortes restrições por parte de organizações não-governamentais e do Ministério Público, com possibilidades concretas de vetar a autorização. A reportagem não obteve retorno da Secretaria de Meio Ambiente do Rio, mas foi informada pelo ministério de que as duas licenças de sua responsabilidade

### Energia nova em risco

As 17 usinas hidrelétricas que o governo quer licitar em dezembro, que totalizam 2.778 megawatts

Usinas



**869,8 megawatts**

é a geração de energia entre as 17 usinas planejadas pelo governo, com entrada já garantida ou provável no leilão de energia nova

**1.518 megawatts**

é a geração de energia entre as 17 usinas planejadas pelo governo, com entrada já descartada ou improvável no leilão de energia nova

#### As chances de participação no leilão

- Baguari** Liberada. Licença prévia concedida.
- Baixo Iguaçu** Descartada. O governo do Paraná está disposto a dar sinal verde à usina, mas não a tempo de entrar no leilão. As audiências públicas ainda não foram feitas e nem há previsão.
- Barra do Pomba** Indefinida. Audiências públicas previstas para este mês. Secretaria de Meio Ambiente do Rio não deu informações sobre a usina.
- Cambuci** Indefinida. Audiências públicas previstas para este mês. Secretaria de Meio Ambiente do Rio não deu informações sobre a usina.
- Dardanelos** Indefinida. Audiências públicas já foram realizadas, mas o licenciamento depende da aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que só vai se reunir na primeira semana de outubro. É grande a
- resistência ao projeto entre os membros do conselho**
- Foz do Rio Claro** Provável. Audiências públicas estão previstas para meados de setembro. A Agência Ambiental de Goiás quer concluir a análise até o fim do mês.
- Itaguaçu** Provável. Audiências públicas estão previstas para meados de setembro. A Agência Ambiental de Goiás quer concluir a análise até o fim do mês.
- Ipueiras** Improvável. O Ibama deve indeferir a licença nesta semana. Alega que a construção da usina afetará os afluentes do Rio Tocantins.
- Mauá** Improvável. Audiências públicas já foram concluídas, mas o Instituto Ambiental do Paraná exige complementações que inviabilizam a licença nas próximas semanas.
- Mirador** Descartada. Análise ambiental em estágio preliminar. O estudo foi enviado da Agência Ambiental de Goiás para o Ibama porque a hidrelétrica está próxima de uma área de preservação ambiental.
- Passo São João** Provável. Audiência pública foi realizada em junho e a licença deverá ser dada nas próximas semanas.
- Paulistas** Descartada. EIA/RIMA rejeitado em maio, por insuficiência técnica, e reapresentado em junho. O Ibama ainda está checando se os pontos obrigatórios da análise foram contemplados. Se o estudo for aceito, ficará em consulta durante 45 dias e só depois serão marcadas audiências públicas.
- Retiro Baixo** Provável. Audiência pública realizada em maio. O parecer será dado nas próximas semanas, a tempo de entrar no leilão.
- Salto Grande** Improvável. Ministério Mirador do Paraná barrou as audiências públicas. A expectativa é fazê-las ainda em setembro, mas a agência ambiental paranaense avisa que dificilmente dará a licença a tempo de entrar no leilão.
- São José** Provável. Audiência pública foi realizada em junho e a licença deverá ser dada nas próximas semanas.
- Simplicio** Provável. Audiências públicas concluídas. O Ibama pediu informações complementares sobre os recursos hídricos que serão comprometidos. Está à espera da entrega dos dados.
- Telêmaco Borba** Descartada. Reservatório atinge área indígena e o governador Roberto Requião determinou a suspensão da análise do projeto.

Fontes: Aneel, Ministério de Minas e Energia, Ibama e governos estaduais \*Usina de Paulistas fica entre GO e MG \*\*Usina de Simplicio fica entre MG e RJ

estão em audiência pública e não há garantias de inclusão no leilão.

“O risco de apagão fica cada vez mais anunciado”, adverte o professor Adriano Pires, ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e especialista do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Ele teme o desabastecimento de energia a partir de 2009 e diz que só a falta de crescimento econômico ou uma grande quantidade de chuvas nos próximos anos altera essa situação. “A oferta de energia no leilão vai ser muito baixa.”

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, é mais otimista. Descarta a possibilidade de racionamento e afirma estar convicto de que o mercado será atendido até 2010. Mas reconhece que o atraso na obtenção de licenças ambientais reduzirá a oferta no leilão e tornará o equilíbrio com a de-

manda bem mais apertado. “É claro que todos nós torcemos pelo êxito do leilão, mas é inescapável perceber isso”, diz Kelman.

Para o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales (CBIEE), a falta de licenciamento a poucas semanas do lançamento do edital do leilão “comprova que houve um otimismo exacerbado” do governo quanto à superação dos problemas ambientais. O edital deverá ser fechado na segunda semana de outubro, após consulta pública.

No modelo anterior do setor elétrico, a obtenção de licença ambiental era uma atribuição dos empresários que levavam a concessão das usinas. Pelas novas regras, o governo precisa conseguir o licenciamento prévio — aquele que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento — antes de licitar as hidrelétricas.

## Há uma escolha por preços mais altos, avalia Kelman

De Brasília

Preocupado com o atraso na concessão de licenças ambientais para os empreendimentos planejados pelo governo, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, desabafa: “Esse processo é muito tortuoso.” Responsável pela montagem do leilão, de acordo com regras definidas pelo Ministério de Minas e Energia, Kelman faz questão de dizer que respeita a decisão tomada pelos órgãos ambientais, mas enfatiza que a escolha da sociedade terá repercussões, e ele cita três.

“A não-materialização das usinas hidrelétricas é uma opção da sociedade por preços mais altos de energia, maior risco de desabastecimento e mais poluição no futuro”, afirma o diretor da Aneel, em referência às centrais termelétricas — mais caras e sujas — que provavelmente serão construídas para suprir a demanda futura. Ele ressalta que não há “impacto ambiental zero”; para o país crescer, é preciso mais energia — se não forem hidrelétricas, com o enchimento de grandes áreas e suprimimento de vegetação, serão térmicas que poluem o ar.

Kelman garante que não há risco de racionamento em 2009 ou 2010. A falta de usinas para licitar em dezembro deverá ser compen-

sada pela oferta das usinas “botox” — empreendimentos em construção, mas com energia desconstruída — e pela entrada no leilão de 1,5 mil megawatts de biomassa gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Mesmo assim, ele reconhece que a menor oferta, pelo atraso nas licenças, torna o cenário mais propício para preços maiores durante as negociações do pregão.

O diretor da Aneel, PhD em Hidrologia e Recursos Hídricos, acha que o atual momento requer uma discussão aprofundada, com o objetivo de desobstruir quatro gargalos: a defesa do meio ambiente, feita pelo Ministério Público, sem consideração dos “trade-offs” gerados pela construção de hidrelétricas; o ritual excessivamente longo do processo de licenciamento; o desparelhamento dos órgãos ambientais; e o temor dos técnicos e dirigentes das entidades responsáveis pelos licenciamentos.

Em relação a esse último ponto, Kelman observa que são necessárias mudanças na Lei de Crimes Ambientais. Hoje, a legislação é “ameaçadora” porque faz com que técnicos “de boa técnica e boa fé” evitem assinar pareceres: eles podem ser pessoalmente responsabilizados, perante a Justiça, em caso de acidentes ambientais dos empreendimentos que licenciaram, informa Kelman. (DR)